

# US\$ 790 milhões já convertidos através de operações informais

por Maria Clara R.M. do Prado  
de Brasília

Apesar da suspensão dos leilões de deságio da conversão da dívida externa em investimento de risco dentro do País, o processo de conversão não está totalmente desativado. O Banco Central (BC) vem autorizando a conversão formal de dívida vincenda e ainda tem conhecimento de que US\$ 790 milhões foram abatidos do estoque da dívida externa por operações realizadas no mercado informal neste ano.

No total, o Brasil teve no primeiro semestre uma redução de US\$ 1,482 bilhão na sua dívida externa. O valor para o ano não chegará aos US\$ 7 bilhões de abatimento ocorrido em 1988, mas o que já foi negociado em 1989 não deixa de ser expressivo levando-se em conta que os leilões ajudavam a alavancar a conversão e que as empresas estatais foram, no final do ano passado, proibidas de se valerem da troca no mercado informal.

"A redução da dívida está no ar a todo o momento", disse o diretor da área externa do BC, Arnim Lore, ao transmitir a este jornal os dados recentes da conversão. Outros mecanismos de redução da dívida externa brasileira, mesmo que fora do esquema do Plano Brady, são imaginados no Ministério da Fazenda, mas com perspectiva

de aparecerem como tema de negociação com os credores a curto prazo. "Vamos, primeiro, fazer a emissão dos "exit bonds" (bônus de 25 anos oferecidos aos bancos em troca de seus créditos no Brasil, no acordo fechado em setembro passado) porque, sem isto, não haveria oportunidade para comercarmos a conversar com os credores sobre redução da dívida", adiantou um qualificado assessor do ministro da Fazenda a este jornal.

Os "exit-bonds" serão remunerados com 6% de juro ao ano e, pelo interesse manifestado, sua emissão vai envolver US\$ 1 bilhão. A Casa da Moeda do Brasil está ultimando a confecção destes títulos e a expectativa do secretário do Tesouro Nacional, Luiz Antonio Andrade Gonçalves, é de que sejam lançados já em agosto.

A garantia de que o Brasil vai cumprir este ponto do acordo firmado no ano passado foi colocada claramente na mesa pelos negociadores externos, ministro Sérgio Amaral e o diretor Arnim Lore, no recente encontro que tiveram com o comitê assessor, em Nova York, na semana passada.

Mas o lançamento destes papéis no mercado não é condição suficiente para que o Brasil possa se beneficiar de mecanismos outros de redução da dívida, além da conversão. O mesmo assessor do ministro da

Fazenda deixou claro que operações de abatimento da dívida dependem, fundamentalmente, de um entendimento entre o governo e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Uma fonte categorizada colocou para este jornal que o Brasil vai se esforçar para conseguir um acordo "stand-by" de oito meses — deixando para o próximo governo a liberdade de negociação do acordo externo — que pelo menos garanta o ingresso de recursos que estavam previstos para este ano. Isto representa 420 milhões de direitos especiais de saque (DES) e equivale hoje a cerca de US\$ 530 milhões, com base no valor unitário do DES de sexta-feira, que estava em US\$ 1,28107.

Desta vez, o Brasil não está interessado em pedir aos bancos dispensa — "waiver" — do atrelamento da terceira parcela de dinheiro novo, no valor de US\$ 600 milhões — como foi feito em março, para a segunda parcela — com receio de que isto sirva de "cobrança" da parte dos bancos dos juros que têm a receber e que se vão concentrar em torno de US\$ 2 bilhões em setembro.

"Os bancos credores chegaram a levantar a hipótese do "waiver" nesta última conversa mas nosso interesse é buscar a totalidade de recursos que estavam previstos neste ano para o financiamento externo", disse Lore, adiantando que a principal prio-

ridade do governo na administração dos pagamentos é a de manter um nível "adequado" das reservas internacionais. Isto quer dizer, conforme explicou, que mesmo na eventualidade de um novo acordo com FMI e a garantia dos desembolsos que estão a ele atrelados, os pagamentos externos continuarão centralizados no Banco Central (BC) e sua liberação condicionada à manutenção do nível mínimo de reserva pretendido.

A conversão ao par de US\$ 1,7 bilhão do projeto de "dinheiro novo", prevista para ser iniciada a partir de setembro, poderá ser objeto de conversa com os bancos credores mais adiante, dependendo do desenrolar das negociações em curso. Por enquanto, a conversão tem-se restringido à dívida vincenda em depósito no BC (com deságio de 50,5% do último leilão da conversão) que até 30 de junho, neste ano, trouxe uma redução de US\$ 284 milhões na dívia externa e a títulos de crédito que estavam em poder do mercado e cujos detentores optaram por registrar investimentos dentro do BC, no valor de US\$ 407 milhões.

A conversão informal, no valor de US\$ 790,2 milhões, foi detectada pelo BC através das contas bancárias de residentes estrangeiros dentro do País — CCC 5 —, de acordo com a regra da circular 1326, de julho de 1988.